



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001223-34.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **ALESSANDRA CRISTINA DELFINO BUENO**
 Requerido: **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL - BB**
SEGUROSCOMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL SA

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ALESSANDRA CRISTINA DELFINO BUENO pediu a condenação de **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL** ao pagamento do prêmio contratado, no valor de R\$ 100.000,00, e ao pagamento de indenização por dano moral. Alegou que seu esposo, Décio Bueno Junior faleceu, vítima de acidente automobilístico, mas a ré, com quem contratou o seguro de vida, negou-se ao pagamento do prêmio sob a alegação de que o segurado encontrava-se em estado de embriaguez na data do sinistro.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando não se ver obrigada a efetuar qualquer pagamento pelo fato de o causador do acidente estar embriagado, o que, segundo as cláusulas do contrato, gera perda de direitos. Quanto ao dano moral, entende ser descabido por não ter havido sofrimento que justifique tal pleito.

Em réplica, a autora impugnou os argumentos apresentados.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental que instrui inicial e contestação é suficiente para a solução da controvérsia.

Pretende a autora receber indenização do prêmio contratado com a ré em decorrência do acidente de veículo que vitimou seu esposo e segurado, cujo pagamento foi negado pela ré, sob a alegação de que o segurado e condutor do veículo estava embriagado no momento do sinistro.

Alegou a autora que não ficou comprovado que o acidente se deu em virtude da ingestão de bebida alcoólica pelo segurado.

Analisando o contrato firmado entre as partes, o capítulo destinado aos “Riscos excluídos específico para a cobertura de morte e invalidez permanente do segurado” prevê no item 13.1: “*que este seguro não responde pelos eventos que se verificarem em consequência: ... g) Acidentes ocorridos em consequência: i – quaisquer alterações mentais consequentes do uso de álcool, drogas, entorpecentes ou de substâncias tóxicas, desde que fique comprovada a existência de nexo causal entre o sinistro e o estado do segurado*” (fls.117).

O exame de dosagem alcoólica realizado pelo Instituto Médico Legal (fls.22) constatou a presença de álcool etílico no sangue do segurado condutor do veículo, na concentração



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

de 1,95 g/litro de sangue.

Por si só, a presença de álcool constatada no exame não constituiria causa de exclusão do direito a indenização securitária, sendo necessária a demonstração do nexo de causalidade entre o estado de embriaguez e o acidente em que se envolveu o segurado.

Quanto ao caso, as circunstâncias do acidente, relatadas pela autoridade policial que lavrou o boletim de ocorrência (fls.13/16) evidenciam que ele não teria acontecido se o segurado não estivesse alcoolizado. A verdade é que o choque só ocorreu porque o segurado trafegava pela contramão de direção, situação esta agravada, diante da informação divulgada pela imprensa local, de que o segurado teria trafegado por cerca de sete quilômetros na contramão antes de colidir com o caminhão (fls.98).

As regras de experiência mostram-nos que a absurda violação do falecido somente pode ter pertinência com o seu estado de embriaguez. Outra explicação plausível não há - nem foi trazida pela autora - para ter assumido o risco de trafegar na contramão, e consequentemente vir a colidir frontamente com outro veículo.

Portanto, está claro o nexo de causalidade entre a embriaguez do condutor e o acidente de trânsito. O segurado, ao tomar a direção do veículo, após ingerir quantidade considerável de bebida alcóolica, agravou voluntariamente o risco a que estaria exposto se estive sóbrio.

Aplicável neste caso o artigo 768, do Código Civil, que dispõe: "O segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato".

É dever do segurado abster-se de toda conduta que possa aumentar o risco, sob pena de perder o direito ao seguro.

"INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. Acidente automobilístico fatal. Segurado que dirigia após ter ingerido grande quantidade de álcool. Agravamento voluntário do risco. Choque frontal ao invadir a mão de direção do outro veículo para realizar ultrapassagem. Cautela e destreza exigíveis de qualquer motorista, não observadas. Acidente que foi consequência direta do estado de embriaguez do segurado. Ausência de dever de indenizar da seguradora em virtude do disposto no artigo 768 do CC. Precedentes deste Tribunal. Recurso desprovido (TJSP - Apelação nº 0010754-30.2011.8.26.0482 – Relator: Milton Carvalho – J. 08/05/2014)".

"Apelação cível. Contrato de seguro de vida. Ação de cobrança de indenização securitária por beneficiária de seguro de vida em razão da morte do segurado. Recusa da seguradora por agravamento de risco. Acervo probatório trazido aos autos que demonstra a existência de nexo de causalidade entre o estado de embriaguez do segurado e o evento danoso. Perda do direito de garantia particularidade disciplinada por cláusula contratual. Inteligência do artigo 768 do Código Civil. Sentença mantida. Recurso improvido (TJSP- Apelação nº 0005903-63.2007.8.26.0101 – Relator: Tercio Pires , j. 03/04/2014)".

O fato de dirigir embriagado já é bastante para agravar o risco de ocorrência de acidentes no trânsito. É notório que a embriaguez, mesmo em estado moderado, altera significativamente o estado de alerta do indivíduo e a coordenação dos seus movimentos, e ainda, diminui sua atenção e seus reflexos, muitas vezes, propiciando manobras arriscadas e perigosas, e assim, colocando em risco a sua vida e a de outros (TJSP, Apelação com Revisão N ° 1027292 - 0/8, Rel. Des. Sá Morira de Oliveira, j. 18.06.2008).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A constatação que a embriaguez do segurado foi fator determinante para a ocorrência do acidente, implica a perda do direito a cobertura securitária.

Assim, não há o direito ao recebimento do seguro e à indenização por danos morais eventualmente sofridos.

Diante do exposto, **rejeito os pedidos** apresentados por **ALESSANDRA CRISTINA DELFINO BUENO** contra **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**.

Condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, fixados por equidade em R\$ 1.000,00, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 21 de maio de 2014.

Daniel Felipe Scherer Borborema
Juiz de Direito Auxiliar

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**